



FATURE-SE: A DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA

64º Conad é
realizado em Brasília

Pág. 4 e 5

Docentes lançam manifesto
em defesa da educação
pública e gratuita. Leia
documento na íntegra
Pág. 6 e 7

13 de agosto: Greve
Nacional da Educação
é marcada por atos
em todo o Brasil
Pág. 16

Carta de Brasília

Entre os dias 11 e 14 de julho de 2019 estiveram reunido(a)s na capital do país professoras e professores de todo o Brasil, por conta da realização do 64º CONAD, sediado pela ADUnB Seção Sindical do ANDES-SN, com o tema “Em defesa da Educação Pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas!”. O 64º CONAD reuniu 64 seções sindicais, representadas por 62 delegado(a)s, 134 observadore(a)s além de 04 convidado(a)s e 38 diretores(a)s do ANDES-SN. A abertura do 64º CONAD foi marcada pela apresentação da Quadrilha “Brilho do Luar”, que em alusão à cultura nordestina, espalhada por todo o Brasil, dançou uma típica quadrilha junina.

Em um momento importante da conjuntura, no qual o país vive as consequências da crise internacional e estrutural do capital, com rebatimentos nacionais, em especial no que tange ao recrudescimento do conservadorismo, professoras e professores atualizaram o plano de lutas do sindicato nacional e traçaram as principais ações para o segundo semestre de 2019 para, de um lado, defender de forma intransigente as liberdades democráticas, a liberdade de ensinar e aprender e os direitos sociais, em especial a seguridade social atacada pela contrarreforma da previdência e a educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada; e, por outro lado, combater todos os retrocessos em curso no Brasil e nas Universidades, Institutos Federais e CEFET.

A capital federal, proposta por Juscelino Kubitschek com a explícita intenção de afastar o povo da capital política do país, e projetada pelo arquiteto Lúcio Costa, guarda em suas curvas “retilíneas” e em seus traços de cidade planejada, o trabalho e a vida de muitas e muitos trabalhadoras e trabalhadores pobres de várias regiões do país.

Trabalhadoras e trabalhadores que, em busca de uma vida melhor, largaram suas raízes para construir o espaço

do centro do poder político do país, que ao longo de toda sua história, abrigou político(a)s, que, em sua maioria, estiveram representando os interesses das diferentes frações da burguesia, em especial a latifundiária, financeira e empresarial, contra o(a)s trabalhadore(a)s.

A capital federal abrigou e abriga poucas e poucos política(o)s que dedicaram e dedicam seus mandatos para a construção de projetos e propostas de interesse da(o)s trabalhadore(a)s. Poucos foram e são, os que defenderam e defendem as pautas classistas dos direitos sociais e da superação da ordem do capital, os direitos das mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, negros e negras e LGBTTi.

Assim, a cidade que se tornou expressão do poder político do país, expressa, também, a força do capital contra o(a)s trabalhadore(a)s.

Em uma quadra histórica de profundos retrocessos nos direitos sociais, de polarização social, de ataques conservadores e intensificação da violência dirigida especialmente aos grupos historicamente oprimidos e explorados, o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s realizaram um importante debate sobre a conjuntura internacional e nacional, analisando as consequências da crise internacional do capital para a classe trabalhadora, a ascensão da extrema direita no mundo e no Brasil e, em especial, ataques aos direitos sociais, educação pública e a atividade docente. O(A)s participantes também analisaram as ações da classe trabalhadora e do movimento docente em particular, destacando o papel central do ANDES-SN, da CSP-Conlutas, do FONASEFE, das entidades da educação e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, na resistência e mobilização do(a)s professore(a)s e de outras categorias, em especial nas ações que marcaram o dia 08 de março, 1º de maio, 15 de

maio, 30 de maio e 14 de junho.

No mesmo período em que o(a)s professore(a)s estavam reunidos em Brasília, também estavam em congresso o(a)s estudantes, que reuniram cerca de 10 mil jovens no Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), também nas dependências da UnB. Por ocasião do CONUNE, foi convocado pela UNE um ato para o dia 12 de julho, o qual foi adensado pelas entidades da educação, pelas centrais sindicais e movimentos sociais, que realizaram uma grande manifestação, reunindo em torno de 15 mil pessoas, que marcharam na Esplanada dos Ministérios. O ato “Por Educação, Aposentadoria e Emprego” contou com a adesão do(a)s professore(a)s reunido(a)s no 64º CONAD.

Na mesma semana em que professore(a)s e estudantes estavam se reunindo para planejar a luta em defesa de liberdades democráticas e direitos sociais, a Câmara Federal, após a liberação de mais de um bilhão de reais em emendas parlamentares, aprovou, em primeiro turno, a PEC 06/2019 que põe fim à previdência pública. Para piorar, no mesmo dia em que professore(a)s, estudantes e trabalhadore(a)s de várias categorias marchavam na Esplanada dos Ministérios, mais ataques à educação estavam sendo preparados e a imprensa anunciou que o Ministério da Educação apresentará um projeto de reforma da “autonomia financeira” do ensino superior público federal. Trata-se de mais um profundo ataque à universidade pública, marcado pela violação da autonomia universitária e pela privatização da educação pública. Esse grave ataque foi tratado na plenária do Tema II e gerou um manifesto em defesa da educação pública, com a indicação de ações para mobilizar a categoria, dentre elas a construção de uma Greve Geral ainda em agosto, pois a sincronia dos ataques contra a seguridade social e contra a educação pública é expressão

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Jayme Brener MTb 19.289

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Andressa Oliveira, Bruna Yunes DrT 9045/DF, Jonathan Oliveira, José Maciel, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação // Apoio técnico: Beatriz Artigas

de um mesmo projeto do capital para o(a)s trabalhadore(a)s.

Depois de analisar a conjuntura, construir e participar do ato do dia 12/07, as delegações retornaram às atividades para realizar debates nos grupos de trabalho. Estes foram marcados por intensas reflexões, diferentes leituras da realidade e de posições da base do sindicato no processo de atualização do plano de lutas. Dentre os debates e construções políticas podem ser citadas as reflexões e discussões sobre a CSP-Conlutas e seu IV Congresso Nacional, o combate à contrarreforma da previdência e aos inúmeros ataques à Educação Superior, a necessária reorganização dos eventos do ANDES-SN, a proposição para a CONEDep da construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE), o aprofundamento dos esforços para construir o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, entre outros.

A plenária do Tema II foi iniciada pela performance de “Martinha do Coco”, que realizou uma linda apresentação, animando os presentes para os bons debates que seguiram durante a plenária. Os debates foram marcados pelas diferentes posições sobre a CSP-Conlutas e pela reafirmação da participação do ANDES-SN na central, pela realização de um balanço crítico e pela defesa de nos posicionarmos para garantir o avanço na democracia interna da central. Também foi ratificada a importância de construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE) como espaço estratégico para a construção de um projeto classista de educação, que só pode se efetivar se todas as entidades classistas da educação se envolverem efetivamente em sua construção. Daí o desafio de, a partir da CONEDep, realizar uma avaliação do III ENE e trilhar os passos para a construção do IV ENE.

As decisões tomadas na plenária do Tema II também apontaram para o acerto da decisão do ANDES-SN em não poupar esforços para construir a unidade na luta com todas e todos dispostos a defender pautas que são parte do projeto de educação e sociedade afirmado historicamente por nossa entidade. Expressão concreta desse esforço de construir a unidade na luta foi a deliberação pela construção da GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO em 13 de agosto de 2019 e pela participação na construção da greve geral.

Na plenária do Tema III, foram atualizados os planos de luta do Setor

das Estaduais e Municipais e do Setor das Federais e mais uma vez se reafirmou a construção de um dia de Greve Nacional da Educação em agosto, os dias de luta e mobilização da categoria, em combinação com a pauta geral da classe trabalhadora contra a reforma da previdência. Foi explicitada a necessidade de avançarmos nas lutas das campanhas salariais das Universidades Estaduais e Municipais, e em especial, na resistência ao conjunto dos ataques que estão sendo desferidos pelos governos de conciliação de classe e de extrema direita nos estados contra a educação pública.

Também se reafirmou a necessidade de fortalecimento da unidade de ação para os enfrentamentos que devem ser realizados contra o governo federal de extrema direita de Bolsonaro e o fortalecimento da luta com o conjunto dos Servidores Públicos Federais.

O ponto forte da plenária foi a construção unitária do “Manifesto de Alerta em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito”, que se posiciona contra o projeto de reestruturação do ensino superior a favor do capital.

Na tarde de domingo, ao som da Banda “Chinelo de Couro”, tocando animados forrós, o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s, retomaram os debates sobre os planos de luta dos setores e foi indicado que o setor das federais faça o debate sobre a construção da necessária greve que a conjuntura exige, no sentido de combater os ataques e retrocessos em curso.

Na plenária do Tema IV, com intensas discussões, foram aprovadas mudanças na estrutura dos eventos nacionais, Congressos e CONAD, visando a realização de atividades mais objetivas e que priorizem de fato os temas centrais para o conjunto do sindicato. Também nessa plenária foram aprovadas as contas do sindicato, função precípua do CONAD, legítimo Conselho Fiscal de nossa entidade.

O 64º CONAD ocorreu em um clima de muitos debates e de grandes desafios, tendo como foco central a construção da unidade de ação, a partir de ações e mobilizações de rua, de forma ampla, para o fortalecimento da resistência necessária para a realização do bom combate que o(a)s professore(a)s devem fazer contra o governo federal e os governos estaduais que retiram direitos do(a)s trabalhadore(a)s.

Todos os debates que permearam os quatro dias em que professore(a)s estiveram

reunido(a)s, avaliando os retrocessos e os desafios postos pela conjuntura, foram permeados pela indignação diante dos ataques do governo federal e dos governos estaduais contra a educação, diante do recrudescimento do conservadorismo e diante dos desafios para a construção da unidade de ação.

O saldo desse encontro é extremamente positivo, tendo prevalecido o clima de mobilização, engajamento e fortalecimento da categoria. Como nos disse o professor Paulo Freire, reafirmado em nosso 64º CONAD como patrono da educação:



É preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. Eu não sou um ser da desesperança a ser convertido ou não pela esperança. Eu sou, pelo contrário, um ser da esperança que por “n” razões se tornou desesperançado. Daí que uma das nossas brigas com seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza.



Assim, seguimos na luta, mobilizado(a)s e fortalecido(a)s como sujeitos que lutam na esperança e na certeza que a ordem do capital deve ser superada e que é necessário enfrentar, com unidade, o projeto do capital materializado nos diferentes governos e defender, de forma intransigente, a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

64º Conad e o planejamento da luta para o futuro da **educação no Brasil**

Evento aconteceu em Brasília, entre os dias 11 e 14 de julho



Foto: Sandro Araújo

A 64ª edição do Conad – Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) - aconteceu em meio a um dos momentos mais difíceis que o País atravessa. Os ataques à Educação, direitos e políticas públicas foram recebidos por um público dedicado mais a entender, dialogar e combater do que a lamentar ou, ainda pior, aceitar. A tônica do encontro, que ocorreu entre os dias 11 e 14 de julho de 2019 em Brasília-DF, foi agregar e organizar, em conjunto, formas de luta e resistência.

A Faculdade de Educação, na UNB, recebeu 238 representantes das 64 seções sindicais - 62 delegados, 134 observadores, 38 diretores do ANDES-SN e quatro convidados, que fizeram a atualização do plano de lutas pelos direitos da classe trabalhadora, da educação pública e gratuita e da democracia.

A sessão inicial do encontro veio eivada do sentimento de indignação e coragem em travar os combates necessários para a manutenção dos valores explicitados no próprio tema do Conad: "Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e

das liberdades democráticas".

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, iniciou o encontro abordando a conjuntura de ataques e o desmonte dos direitos sociais. "O motivo principal de estarmos aqui é pensar a política do sindicato em um momento em que a extrema direita, que está atacando fortemente a nossa classe, governa o país. O ANDES-SN tem se mantido firme, na luta e na direção correta contra a MP 873, contra os contingenciamentos e todos os ataques que estão sendo realizados por esse governo. Temos muitas tarefas aqui, pois a classe trabalhadora não aguenta mais traição e tampouco aguenta ter os direitos colocados na mesa, para servir de barganha nessa disputa", destacou.

Os temas discutidos nas plenárias apontaram, todos, na direção da necessidade de organizar as lutas de resistência em uma conjuntura internacional e nacional de crise aguda do capitalismo e ascensão de governos de extrema direita em vários países, inclusive no Brasil. Uma das consequências desse cenário, apontada por diversos docentes, é o aprofundamento da ofensiva aos direitos e conquistas sociais.

No curto período entre o 38º Congresso do ANDES-SN e o 64º Conad, a Educação sofreu ataques violentos como os cortes no orçamento das Universidades, Institutos Federais e CEFET e a intervenção na autonomia universitária, com a nomeação de reitores que não os indicados pela comunidade acadêmica. Diante da necessidade de ampliar a unidade para além da categoria docente e do campo da Educação, o Fórum Sindical, Popular e das Juventudes em defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas foi apontado como um dos instrumentos para fortalecer a reação à ofensiva do capital e aos ataques do governo Bolsonaro.

Ainda, ficou decidido impulsionar a participação das seções sindicais no Fórum Sindical Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, fortalecendo a Frente Nacional da Escola sem Mordalha, impulsionando a sua construção nos estados e municípios. Os docentes decidiram pela reafirmação da CSP-Conlutas e por levar as deliberações do Conad ao 4º Congresso da CSP-Conlutas, que será realizado entre 3 e

6 de outubro de 2019, em Vinhedo(SP).

Outra deliberação foi a decisão de convocar, em conjunto com a Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep), o IV ENE, em 2021. Foram abordados os temas relacionados à política de questão de gênero e diversidade sexual, ciência e tecnologia, comunicação e arte, ajudando na atualização do plano geral de luta.

Determinados a intensificar a luta e os debates em defesa da educação pública e gratuita, dos direitos sociais e das liberdades democráticas, os docentes atualizaram o plano de lutas dos setores federal, estadual e municipal. Foi aprovada a realização do XVII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES no segundo semestre de 2019, bem como a inclusão de novos itens ao plano de lutas do setor das IEES/IMES, como a inserção do dia 13 de agosto – Dia Nacional e Luta em Defesa da Educação Pública, 17 de outubro - Dia Nacional de Combate ao Assédio, e 22 de novembro – Dia Nacional de Combate ao Racismo, consideradas datas importantes para consolidar os direitos sociais e as liberdades democráticas no Brasil.

O Conad aprovou convocar as seções sindicais para reunião do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), nos dias 27 e 28 de julho e assim, durante o encontro, analisou a proposta de reforma universitária e a proposta de greve da categoria. O plenário do 64º Conad aprovou que as seções sindicais avaliassem suas participações na Marcha das Margaridas, realizada em 14 de agosto e decidiu que a participação do ANDES-SN nas próximas edições da Marcha será um assunto encaminhado para discussão nos Grupos de Trabalho de Políticas de Classe Para Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) e de Trabalho Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA). Os novos itens acrescentados ao plano de lutas do setor de IFES ainda incluem a possibilidade de greve da categoria e o fortalecimento, junto às seções sindicais, da luta pelo reajuste salarial definido em parceria com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe).

Na avaliação da secretária-geral do ANDES-SN, Eblin Farage, as deliberações foram positivas e vão orientar a

diretoria do sindicato no cumprimento de suas atividades. "O apontamento de indicar às bases a necessidade de discutir a construção da Greve Nacional da Educação, em especial no setor das IFES, foi um dos pontos altos deste momento por conta do conjunto de ataques que o nosso setor vem sofrendo do governo federal. Algumas universidades já não apresentam mais a possibilidade de funcionarem durante o segundo semestre. O governo anunciou um projeto de contrarreforma universitária e é necessário que a categoria reaja à altura", afirmou. Eblin apontou também que as determinações do Conad foram essenciais para as organizações estaduais e municipais. "O consenso fortalece a luta dentro das Unidades Federativas (UFs) e permitirá que as nossas seções sindicais possam enfrentar governos que contribuem para o desmonte da educação pública e gratuita", acrescentou.

"Ninguém solta a mão de ninguém"

A plenária final do Conad começou com a leitura e aprovação unânime de dez moções. A Carta de Brasília, construída coletivamente nos Grupos e Plenárias do Conad, foi, então, lida por Eblin Farage. Aclamada ao final da leitura, a Carta atualiza o plano de luta e os debates em defesa da educação pública e gratuita, dos direitos sociais e das liberdades democráticas, em um momento de agravos e desmonte dos serviços públicos.

Antônio Gonçalves fez a avaliação final e encerrou o 64º Conad. O presidente do ANDES-SN começou a sua fala agradecendo



a acolhida da ADUnB, o Programa Infante Juvenil e todos os demais envolvidos na realização do evento.

Prosseguiu dizendo que "a sensação final é uma satisfação pelo dever cumprido, por ora. O Conad foi muito importante, entre outras coisas, pelo fortalecimento do ANDES como sindicato nacional que se organiza pela base, que não foge ao debate e que tem, ao longo do tempo, aprimorado de diversas formas a sua democracia interna". Saudou o fato do encontro ter sido concomitante ao congresso da UNE e reafirmou a disposição em construir espaços de luta conjunta. "Estou feliz por termos feito atos de rua bastante representativos, que demonstraram que a unidade é possível", concluiu, encerrando o evento com a palavra de ordem necessária para os tempos que se avizinham: "Ninguém solta a mão de ninguém".

65º Conad

A próxima edição do Conad terá como sede a cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, palco recente de embate entre as forças retrógradas e preconceituosas que saíram das sombras nestes últimos tempos e a força motriz da resistência e afirmação de propósitos. Foi lá, na inauguração do aeroporto que irá receber os docentes em 2020, que o presidente foi recepcionado por ato de repúdio por declarações contra os nordestinos. É com este sentimento de enfrentamento e coragem que será realizado o próximo encontro – e todos os outros momentos entre hoje e o próximo Conselho.

Docentes lançam manifesto em defesa da **educação pública e gratuita**

Documento foi redigido e aprovado de forma unânime durante o 64º Conad



Foto: Divulgação

A crise político-econômica que se instalou no Brasil em 2015 afetou diretamente o funcionamento de Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET. Desde então, o governo federal reduziu o já tímido orçamento que era destinado à Educação, afetando docentes, discentes e toda a sociedade que, de um modo geral, era beneficiada por projetos de extensão universitária.

O cenário ficou ainda mais crítico com a limitação de recursos públicos imposta pela Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016 durante a gestão de Michel Temer. O texto compromete a prestação de serviços públicos gratuitos, como o acesso gratuito à Saúde e à Educação. As consequências nefastas foram sentidas durante a gestão de Temer e, agora, estão próximas de prejudicar imensamente as Universidades Públicas, Institutos Federais e Cefet, alvos declarados do processo de desmonte na educação promovido pelo governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

O prenúncio de um cenário ainda mais incômodo fez com que docentes de todas as regiões do país, reunidos na 64ª edição do Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad/Andes-SN), em Brasília, elaborassem um manifesto em defesa da educação pública e gratuita. O documento

foi construído baseado no documento “Financiamento da Educação Superior no Brasil - Impasses e Perspectivas”, produzido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Consultoria Legislativa da Câmara Federal) e também sob a nuvem de rumores a respeito de um programa ministerial que estaria sendo confeccionado.

Com efeito, no dia 17 de julho foi lançado, pelo ministro da Educação Abraham Weintraub, o “Future-se”. O Programa sugere formular uma Emenda Constitucional para instituir cobrança de mensalidades e captação de recursos próprios como forma de financiamento das Instituições Federais de Ensino (IFES) públicas. “Esse procedimento significaria a destruição do sistema público e gratuito de educação superior, alterando a atual condição de autarquia das IFES, que deixariam de ser subordinadas ao regime jurídico de direito público, o que sinaliza a possibilidade de contratações passarem a ocorrer pelo regime celetista ou de contrato temporário”, explica o texto do manifesto.

O “Future-se”, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), aponta que haverá um fundo soberano do conhecimento, privado e negociado em Bolsa, multimercado com propósito de dar sustentação ao programa, que deve chegar a R\$ 50 bilhões. No entanto, os

recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. Desse modo, as universidades serão obrigadas a submeter projetos para conseguirem verbas junto ao governo federal.

No manifesto, os docentes foram enfáticos em assegurar que a implementação do “Future-se” tem por finalidade pôr fim à carreira pública de servidores e servidoras federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo sistema de contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego; livrar o Estado da responsabilidade com o financiamento da educação superior pública, aprofundando os cortes já iniciados, que alcançam não só a sustentabilidade da pesquisa e da assistência acadêmicas, mas também a infraestrutura dos serviços mais básicos e do funcionamento das instituições de educação; deter e reverter a lógica inclusiva da educação superior pública federal, que tem permitido que o espaço das universidades e dos institutos federais se abra progressiva e democraticamente para a entrada de estudantes que expressem a diversidade econômica, racial e de gênero que estão presentes no território brasileiro.

A 1ª vice-presidente regional do Rio de Janeiro do Andes-SN, Mariana Trotta, reforça que é necessário que a categoria docente esteja atenta e preparada para enfrentar os ataques anunciados pelo ministro Weintraub. Segundo ela, a união entre as categorias é uma maneira efetiva de combater os ataques do programa ministerial e defender a educação pública e gratuita no país. “O projeto do governo federal ataca e promove o desmonte da educação pública no Brasil, alterando o caráter das Universidades Públicas, Institutos Federais e Cefet. De forma unânime, os delegados presentes ao 64º Conad aprovaram o manifesto com a finalidade de dar ampla divulgação aos ataques que estão em curso e também para articular com a sociedade brasileira em geral a defesa das Instituições Federais de Ensino, que são um patrimônio de todos nós. Precisamos defendê-las!” conclui Trotta.

MANIFESTO DE ALERTA EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO

Dirigimo-nos à categoria docente, à comunidade acadêmica, aos dirigentes das Instituições Públicas de Ensino e à sociedade brasileira neste momento de grave ataque à educação pública e gratuita.

No âmbito do 64º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília, os docentes tomaram conhecimento do projeto de reforma da “autonomia financeira” da educação superior pública federal, elaborado pelo Ministério da Educação (Jornal Valor, 10/07/19). Esse projeto será apresentado a reitores e pró-reitores de planejamento das Universidades Federais em reunião institucional no MEC e com a exposição do Programa Ministerial no INEP durante a semana de 15 a 19 de julho.

Diante das difusas informações divulgadas pela mídia, mas considerando o documento intitulado “Financiamento da Educação Superior no Brasil - Impasses e Perspectivas”, produzido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Consultoria Legislativa da Câmara Federal), o Programa Ministerial poderá promover o mais profundo ataque à universidade pública, ferindo sua autonomia e impondo categoricamente sua privatização. O documento indica a necessidade de Emenda Constitucional para instituir cobrança de mensalidades e captação de recursos próprios como forma de financiamento das IES públicas. Esse procedimento, significaria a destruição do sistema público e gratuito de educação superior, alterando a atual condição de autarquia das IFES que deixariam de ser subordinadas ao regime jurídico de direito público, o que sinaliza a possibilidade de contratações passarem a ocorrer pelo regime celetista ou de contrato temporário.

Em uma só medida, o Governo pretende: a) pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo sistema de contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego; b) consagrar a desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação superior pública, aprofundando os cortes já iniciados, que alcançam não só a sustentabilidade da pesquisa e da assistência acadêmicas, mas também a infraestrutura dos serviços mais básicos e do funcionamento das instituições de educação; c) deter e reverter a lógica inclusiva da educação superior pública federal, que, em que pesem os muitos obstáculos recentes, têm permitido que o espaço das universidades e dos institutos federais se abra progressiva e democraticamente para a entrada de estudantes que expressam a diversidade econômica, racial, e de gênero que caracterizam nosso país.

Essas medidas, se aprovadas, devem se estender aos demais serviços públicos federais assim como à esfera dos Estados e municípios, particularmente às Instituições de Ensino em todos os níveis.

Precisamos estar atentos e preparados para o enfrentamento à altura da gravidade dos ataques anunciados, mobilizando a categoria docente e articulando a luta com todos os segmentos da comunidade universitária, dos IF e CEFET, em articulação com os mais amplos setores sociais para combatermos os ataques deste Programa Ministerial, em defesa da educação pública e gratuita.

Neste contexto, conclamamos a todos e todas para a construção da Greve Nacional da Educação em 13 de agosto e de uma Greve Geral para derrotar a política de privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

As Instituições Federais de Ensino são um patrimônio da sociedade brasileira, precisamos defendê-las!



ANDES-SN lança publicações durante 64º Conad

64ª edição da Revista Universidade e Sociedade trata sobre o lugar da mulher na sociedade e InformANDES especial sobre aborto aponta uma das tantas injustiças contra a mulher negra



FOTO: BEATRIZ ANTIGAS



FOTO: BEATRIZ ANTIGAS



O ANDES-SN promoveu o lançamento de duas novas publicações durante a edição 2019 do Conad. Foram elas: a 64ª edição da Revista Universidade e Sociedade e um jornal em duas dobras que trata sobre os direitos da mulher quanto ao aborto e o apoio do Sindicato Nacional para que a prática seja descriminalizada no Brasil.

Universidade e Sociedade

Os desafios que as mulheres enfrentam para ocupar o seu lugar no mundo formam o eixo central da mais recente edição da revista semestral Universidade e Sociedade, produzida pelo ANDES-SN.

O cenário de violência está presente já na capa, que mostra cidadãos zangados, sob uma ameaça que vem dos céus; não é a ira divina, nem mesmo um evento climático. O terror que vem do alto é enviado pelo Estado: um 'caveirão' voador.

No helicóptero está um trabalhador mascarado, orientado a atingir civis das camadas mais vulneráveis da população. E quem são as pessoas sob a mira do fuzil? Na maioria, mulheres. Os diferentes papéis sociais femininos ilustrados na capa da revista Universidade e Sociedade número 64, "Transformações no mundo do trabalho e opressões de gênero" extrapolam para os artigos no interior.

O expediente da mulher não encerra, nunca. Após cumprir a jornada de trabalho, ela volta para casa, onde exerce a função de cuidar de todos e educar as próximas gerações – quando tem a sorte de ter os filhos vivos, em casa –, ao contrário das protagonistas da reportagem Mães que perderam seus filhos. Caso ela não queira exercer o papel de mãe,

precisa antes conquistar o direito de controlar o próprio corpo, como destaca Romitna Del Plá em "A luta das minorias da Argentina", entrevista concedida a Ana Maria Ramos Estevão e Luiz Henrique dos Santos Blume.

Educar os próprios filhos e os dos outros, a tarefa da professora, é cada vez mais uma missão hercúlea: Rafael Barros Vieira discute o programa para a educação superior de Jair Bolsonaro. E Rubens Barbosa de Camargo e César Augusto Minto indagam: "Escola sem Partido"?

Ainda, a ditadura empresarial-militar, AI-5 e Amazônia são os temas do debate. A revista se apresenta como um importante instrumento teórico para compreender as transformações no mundo do trabalho e as opressões de gênero no Brasil e no Mundo.

Proibição do aborto no Brasil: uma das tantas injustiças contra a mulher negra

Se na vida cotidiana as parcelas mais fragilizadas da população são as mais penalizadas em todas as situações, na questão do aborto a transversalidade se faz ainda mais perversa.

Dados do IBGE apontam que o índice de aborto provocado por mulheres negras é de 3,5%, o dobro do percentual entre as brancas (1,7%). O Racismo institucional é, ainda, o fator que eleva a chance de negras e pardas morrerem durante o procedimento – já cruel para as brancas que têm, também, que recorrer a clínicas clandestinas.

A taxa de mortalidade associada à interrupção voluntária da gravidez é de 13,6 para mulheres negras, 7,9 para mulheres pardas e 5,3 para mulheres brancas. Dados como esses levaram

o ANDES-SN, em seu 34º Congresso, a assumir a luta pela descriminalização do aborto.

De lá para cá, o Sindicato tem atuado em posição contrária à aprovação do PL 5069/13 – que tipifica o aborto como crime e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática.

No 64º Conad, o ANDES-SN concretizou a luta e lançou um InformANDES especial sobre o assunto. "Na atual conjuntura em que a Reforma da Previdência ataca as mulheres e principalmente as mulheres negras e pobres, quando o governo federal retira dos documentos oficiais o termo violência obstétrica e o Congresso Nacional desarquiva a PEC 29/15, um material como este contribui na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres", disse Caroline Lima, diretora do ANDES-SN, e continuou "esta edição do InformANDES é mais um instrumento na luta em defesa da vida das mulheres trabalhadoras e na formação política da categoria.

A direção do ANDES-SN compreende que essa luta é classista e faz parte da política sindical. A luta pela descriminalização do aborto é a luta de todos e todas que defendem a classe trabalhadora", atestou.

As páginas do jornal apresentam textos que manifestam o apoio ao aborto legal, seguro e gratuito e resumos sobre as PECs 191 e 29. Aberta, a peça se torna um lindo cartaz com resumos de conteúdos impactantes dispostos ao redor de uma figura. O desenho no centro, esmaecido, provoca o espectador a chegar perto e ler os quadros de texto. A intenção é que o material aprofunde discussões sobre este tema indispensável à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esplanada foi palco de indignação e luta em defesa da Educação e da aposentadoria

Ato Nacional reuniu mais de vinte mil pessoas contrárias às políticas do atual governo



Foto: JONATHAN OLIVEIRA

Os primeiros sete meses de governo Bolsonaro foram marcados pelo desmonte de políticas públicas, pelo destempero verbal do presidente e, também, por atos cada vez mais grandiosos em defesa dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, das entidades e da população geral.

O segundo dia da 64ª edição do Conad - Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi transformado em uma grande manifestação, com a participação dos docentes em ato convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que realizava o seu 57º Conune - Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Mais de 20 mil brasileiros, vindo de todos os cantos do País, ocuparam a Esplanada dos Ministérios no Ato Nacional contra a reforma da Previdência e em Defesa da Educação. Os cortes nos orçamentos de Universidades, Institutos Federais e CEFET mereceram repúdio dos estudantes e dos docentes presentes na capital federal para seus encontros anuais.

Raquel Dias, 1ª Tesoureira do ANDES-SN, destacou a oportunidade que propiciou o encontro de estudantes, professores e demais trabalhadoras e trabalhadores para defender os direitos sociais. “Neste momento em que são realizados tanto o Congresso da UNE, quanto o Conad do

ANDES, aproveitamos os dois eventos para manifestar e defender a educação, os direitos de todos e lutar contra a reforma da previdência e a destruição dos direitos da classe trabalhadora e da juventude do Brasil”.

Para Sirliane Paiva, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Maranhão (Apruma- Seção Sindical do ANDES-SN), “a votação da reforma da Previdência ter coincidido com o Conad foi um fator que contribuiu para deslocarmos uma grande quantidade de professores ao ato. Essa não é a primeira vez que o ANDES-SN altera uma programação para se adaptar a uma situação da conjuntura”.

De acordo com Adriana D'Agostini, presidente da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a manifestação é necessária para demonstrar a indignação da população com relação aos rumos do país. “Além da aprovação, em primeiro turno, da reforma da Previdência, estamos enfrentando ataques à educação com cortes de verbas, perda de autonomia universitária e ataques à manutenção das bolsas dos estudantes. Esse projeto em curso não é nosso, é o do desmonte da classe trabalhadora e do Brasil. Não aceitaremos isso”.

Michele Schultz, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, lembra que os ataques do

atual governo não desanimam os estudantes e trabalhadores. “Esse governo conseguiu reavivar o movimento estudantil e dos professores. As manifestações dos dias 15 e 30 de maio mostraram isso. Precisamos estar vigilantes pois esse governo já demonstrou não se importar com a ciência, pesquisas e universidades em seu projeto de país”, analisa a docente.

Já Elciclei Faria dos Santos, da base da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua) afirma que “o ato foi fundamental para lutar pelos direitos da classe trabalhadora, defender a educação pública e preparar a Greve Geral para o mês de agosto”.

Entramos no oitavo mês de desgoverno em um crescendo de descalabros e desmanche em políticas públicas – e, também em movimento ascendente, a indignação daqueles que têm um projeto de país. Estes vão, no dia 13 de agosto, demonstrar sua insatisfação nas ruas. O sétimo grande ato popular será a Greve Nacional da Educação, convocada inicialmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), juntamente com outras entidades representativas da classe e já incorporado ao calendário da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Nas ruas e nas lutas, a classe trabalhadora vai mostrar que não abre mão de seus direitos.

ANDES-SN articula ações para **barrar o avanço do Future-se**

Docentes, estudantes, técnico-administrativos e a população têm se reunido em todo o País para aprofundar o debate e a mobilização contra o desmonte da Educação Pública e construir as formas de luta para deter o programa Future-se

O Future-se - ou Fature-se, como as entidades da educação vêm chamando o programa criado pelo governo - põe fim ao sentido público das Universidades, Institutos Federais e CEFET. Anunciada em julho, a proposta altera eixos históricos que sustentam o caráter gratuito e socialmente referenciado das instituições, o que tem gerado diversas mobilizações e protestos em instituições de ensino de todo Brasil.

A área perdeu mais de R\$6 bilhões, o que corresponde a quase 25% do orçamento anual. Porém, os ataques promovidos pelo governo à educação vão além da questão orçamentária. A gestão de Bolsonaro tem estimulado um movimento de desmonte dos projetos científicos e pesquisas, com ações que chegam a proibir a divulgação de pesquisas contrastantes com a posição reacionária do governo. O ódio ao conhecimento ganha força.

No presente, cerca de 95% do conhecimento científico do Brasil é produzido em Universidades Públicas, que alcançaram um patamar histórico no País. Em 2018, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o *ranking* com as dez universidades mais bem avaliadas, sendo oito delas federais e duas estaduais, além do *ranking* mundial, em que 36 universidades brasileiras estão entre as 450 melhores instituições do mundo.

Jacqueline Lima, 2ª secretária do ANDES Sindicato Nacional, ressalta que desde o anúncio da intenção do governo em apresentar o programa, a comunidade universitária está se mobilizando e o ápice será a greve nacional da educação, agendada para 13 de agosto.

"O Future-se, para nós, representa um ataque à autonomia universitária e uma proposta clara de desmonte e privatização das Universidades, Institutos Federais e CEFET não só no contexto da questão de contratação de docentes e técnicos-administrativos, mas também, como uma forma das instituições federais serem subordinadas às empresas que querem lucrar com a produção do conhecimento

na Universidade Pública. Isso fica bem evidenciado nesse programa. Hoje, as diferentes Universidades, Institutos Federais e CEFET estão realizando debates e se organizando para barrar esse projeto", ressalta Jacqueline.



DIVERSAS ATIVIDADES ESTÃO SENDO REALIZADAS PELA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA PARA BARRAR O PROGRAMA

Manaus - Professores da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) decidiram, em assembleia geral realizada em 25 de julho, aderir à greve geral que será realizada no dia 13 de agosto em protesto contra o Future-se.

Mato Grosso - A comunidade da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) realizou atos no entorno da instituição para alertar a população sobre os riscos enfrentados pela universidade. Reuniões e protestos irão continuar até a greve geral do dia 13 de agosto.

Paraíba - Estão sendo realizadas várias atividades e reuniões nos centros de ensino para discutir como o Future-se coloca em risco a educação no Brasil. Reuniões e atos marcados para o início de agosto vão intensificar a programação.

Rio Grande do Sul - Em plenária de mobilização, docentes da UFRGS incluíram na pauta a construção da greve do dia 13 de agosto e a organização da resistência à privatização do ensino superior, além do enfrentamento à Reforma da Previdência, prevista para ser votada na primeira semana de agosto. Na Universidade Federal de Pelotas, a Comissão de Mobilização da comunidade está organizando uma

agenda de mobilização para fortalecer a construção da greve de 13 de agosto. A decisão foi aprovada em assembleia geral da comunidade acadêmica ocorrida no dia 18 de julho.

Minas Gerais - Em Uberlândia, a comunidade universitária também está congregada para a luta. A Comissão de Mobilização realizou uma reunião ampliada com a categoria para discutir as atividades do dia 06 de agosto (contra a Reforma da Previdência) e do dia 13 de agosto (Greve Nacional da Educação). A comunidade da Federal de Juiz de Fora também aderiu à paralisação.

Paraná - Docentes da Universidade Federal do Paraná e da comunidade acadêmica da Federal de Santa Catarina discutiram os ataques à educação federal, estratégias de enfrentamento e ainda a organização da greve prevista para o dia 13 de agosto.

Nos demais estados do País também estão sendo construídas agendas de mobilização e planejamento dos enfrentamentos que irão culminar na data escolhida para a grande manifestação.

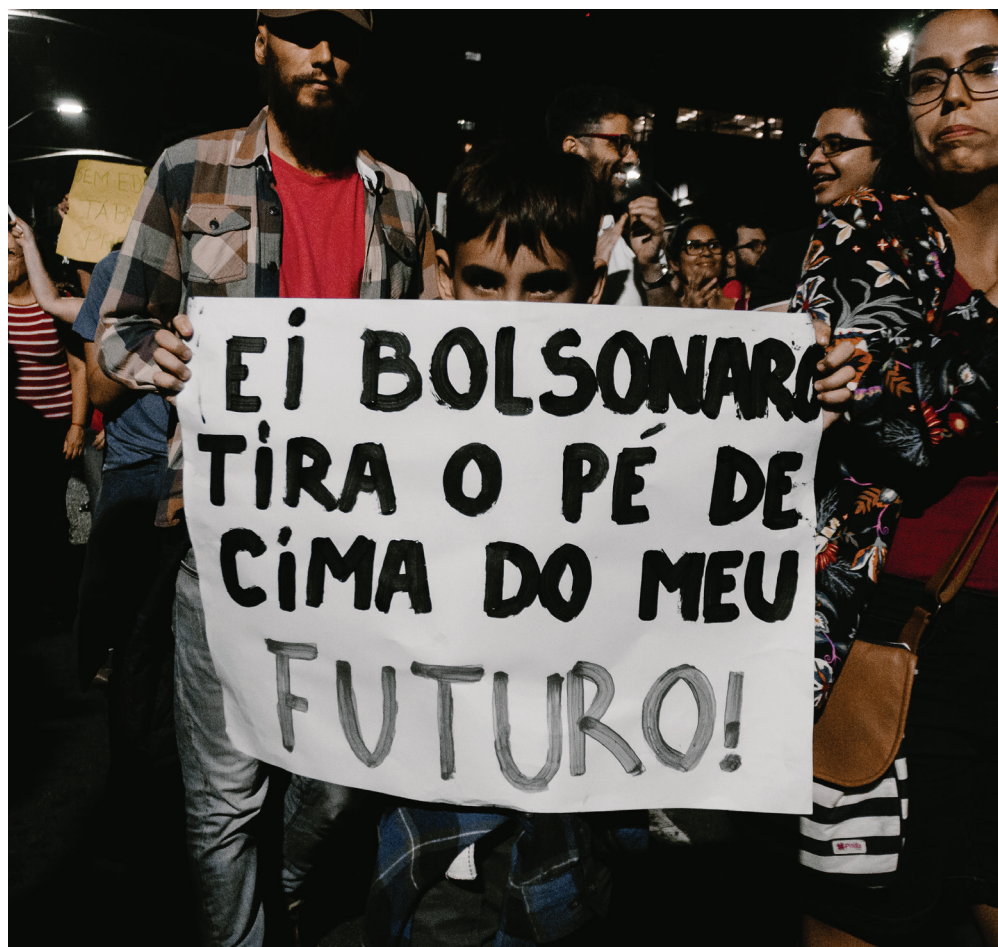


FOTO: MÍDIA NINJA

Greve Nacional da Educação

O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em seu 64º Conad, deliberou a consolidação da Greve Nacional da Educação, em ampla unidade com as demais entidades da educação. A paralisação aconteceu no dia 13 de agosto e foi convocada inicialmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), juntamente com outras entidades representativas da classe e está incorporada ao calendário da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Na avaliação de Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, este é um importante meio para catalisar a construção de uma nova greve geral no país, a exemplo do que aconteceu no dia 14 de junho. "Travamos uma intensa luta em defesa da educação pública e da seguridade social. Para barrar este governo nefasto, já contribuimos em movimentos como o 15M, o 30M, o 14J e o grande ato na sexta-feira, 12 de junho. Nos somamos às entidades da educação para realizarmos o 13 de agosto. É um gesto muito importante para construir a unidade tão necessária na atual conjuntura do país", destacou Antonio.

Eixos do desmonte promovido pelo "Future-se"

O Future-se foi apresentado dividido

em três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. O fomento à competitividade, à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo individual são algumas das propostas apresentadas. Dessa forma, a produção de conhecimento estará submetida aos interesses do mercado e não mais voltada às necessidades da sociedade.

Todas as medidas têm como enfoque o ensino e a pesquisa, ignorando a extensão. Com isso, o Future-se promoverá o desmonte do tripé que sustenta a lógica de produção do conhecimento socialmente referenciado e colocará em risco diversos projetos que atendem a população, em especial as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

A Constituição garante, no artigo 207, "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" às universidades. Esse é um dos pontos mais atacados por representantes das Universidades, Institutos Federais e CEFET, que alegam o fim da autonomia, uma vez que, caso o programa seja aprovado, a administração passará para as mãos das Organizações Sociais.

"A autonomia pedagógica vai estar ameaçada", denuncia Eblin Farage, Secretária-geral do ANDES-SN. Segundo ela, a proposta irá transformar os professores e professoras em empreendedores, captadores de recursos. Os projetos

terão como foco atrair investidores e não a produção de conhecimento para o desenvolvimento de políticas sociais. "Será que o mercado vai querer investir em projetos de extensão voltados para a favela, para a periferia, mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTTs?", questiona.

Para Eblin, o projeto do governo federal busca destruir o caráter social e heterogêneo das Instituições Federais de Ensino. "Nessa universidade [que o governo quer] só caberá o conhecimento que sirva ao mercado e não à população, em especial a mais pobre", critica.

Petição Online

Até o momento, mais de 3 milhões de pessoas assinaram petições criadas em defesa da educação. Desde o anúncio do Future-se, docentes e estudantes de Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET se mobilizam e recorrem à plataformas *on-line* para protestar contra o bloqueio de verbas nas Instituições, assim como em relação ao corte de bolsas de pesquisa e aos ataques a cursos de sociologia e filosofia.

RESISTÊNCIA

No dia 13 de agosto, docentes, estudantes, técnicos-administrativos e a população em geral - ocuparam as ruas para mostrar que não aceitamos o desmonte da educação pública.



Decreto extingue cargos e funções gratificadas nas IFE



Publicado no dia 13 de março deste ano, o decreto 9725/19 extinguiu cerca de 21 mil cargos em comissão, funções gratificadas de confiança no âmbito do Poder Executivo federal.

A determinação teve grande impacto nas instituições federais de ensino. Foram 13.332 cargos em Instituições de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação e 378 ocupações vinculadas ao Ministério da Defesa. Imediatamente, no dia 13 de março, o decreto eliminou 320 funções gratificadas das universidades federais de Catalão (GO), Jataí (GO), Rondonópolis (MT), Delta do Parnaíba (PI) e Agreste de Pernambuco (PE). Todas essas universidades foram oficialmente criadas em 2018, fruto do desmembramento de outras IFES.

Também foram extintas 2.129 vagas distribuídas ao MEC, criadas em 2012. Entre estas, estão 119 cargos de direção e 1.870 funções de coordenação de curso, além de 460 funções gratificadas. A partir de 31 de julho, foram extintas mais 10.883 funções gratificadas em instituições federais, dos níveis quatro ao nove. Tais funções são atribuídas a cargos de chefia de departamentos administrativos, de seções, por exemplo.

As instituições que sofreram maiores cortes são as universidades federais de Uberlândia (433), do Pará (423), do Rio de Janeiro (394), de Minas Gerais (391). Entre as que perderão acima de 300 cargos,

também estão a Federal de Pernambuco (372), de Santa Catarina (365), Fluminense (355), de Santa Maria (353) e do Rio Grande do Sul (323).

De acordo com a Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN (AJN), estão incluídos nos cortes apenas os cargos que devem ser ocupados por servidores efetivos. O decreto não atinge cargos de livre nomeação, ou seja, indicações diretas. “Os eventuais ocupantes dos cargos agora extintos ficam automaticamente exonerados ou, se for o caso, dispensados do exercício das funções gratificadas”, explica a AJN.

O decreto é mais um dos inúmeros ataques do governo federal à Educação Pública. Integra, junto com os cortes orçamentários e o programa Future-se, o processo de desmonte das Universidades, Institutos federais, CEFET e precariza as condições de trabalho dos servidores e servidoras. E, assim como as demais medidas, esse decreto não foi discutido com a comunidade acadêmica.

“Esse decreto vem no bojo dos ataques à educação pública. É uma tentativa de restrição do funcionamento das instituições federais de ensino no país, em conjunto com o contingenciamento de recursos e com decretos que ferem a autonomia universitária. Vem numa linha que está sendo adotada desde o início do ano - com vários decretos e medidas provisórias e, agora, com o projeto ‘Future-se’ -, que vai minando e atacando a educação pública no Brasil”, avalia Mariana Trotta, 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN.

Justiça gaúcha suspende decreto

Em decisão liminar expedida em 30 de julho, referente a uma Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal no Rio Grande do Sul suspendeu os efeitos dos artigos 1º e 3º do decreto 9725/19 para as instituições federais de ensino gaúchas.

Diante dessa vitória, o ANDES-SN orienta que suas seções sindicais avaliem a viabilidade - de acordo com a conjuntura jurídica local - de mobilizarem o MPF para propor ACPs no mesmo sentido nos demais estados da Federação.

“A liminar do Rio Grande do Sul abarca apenas as IFES daquele estado, inclusive a decisão lista quais são essas entidades. O nosso entendimento e o entendimento da AJN é que esse é um precedente importante”, comenta Trotta, que também é encarregada de assuntos jurídicos do Sindicato Nacional.

De acordo com a diretora, a ação do MPF no Rio Grande do Sul aponta, assim como a nota técnica da AJN, que o decreto é evado de ilegalidades e inconstitucionalidades e fere a Constituição Federal em uma série de dispositivos relativos à administração pública federal do Brasil. “Foi com base nesses elementos que o judiciário do Rio Grande do Sul entendeu por suspender os efeitos desses dois artigos. Mas, como foi uma ação proposta na Justiça Federal localizada com um pedido circunscrito, ela só tem validade para as IFES gaúchas. Por isso, estamos orientando que as seções sindicais avaliem junto com seus jurídicos a possibilidade de mobilizar os MPs em seus estados, para pulverizar as ações”, completa.

Autonomia universitária em xeque

Governo desrespeita o processo democrático universitário e interfere no poder de escolha da comunidade acadêmica

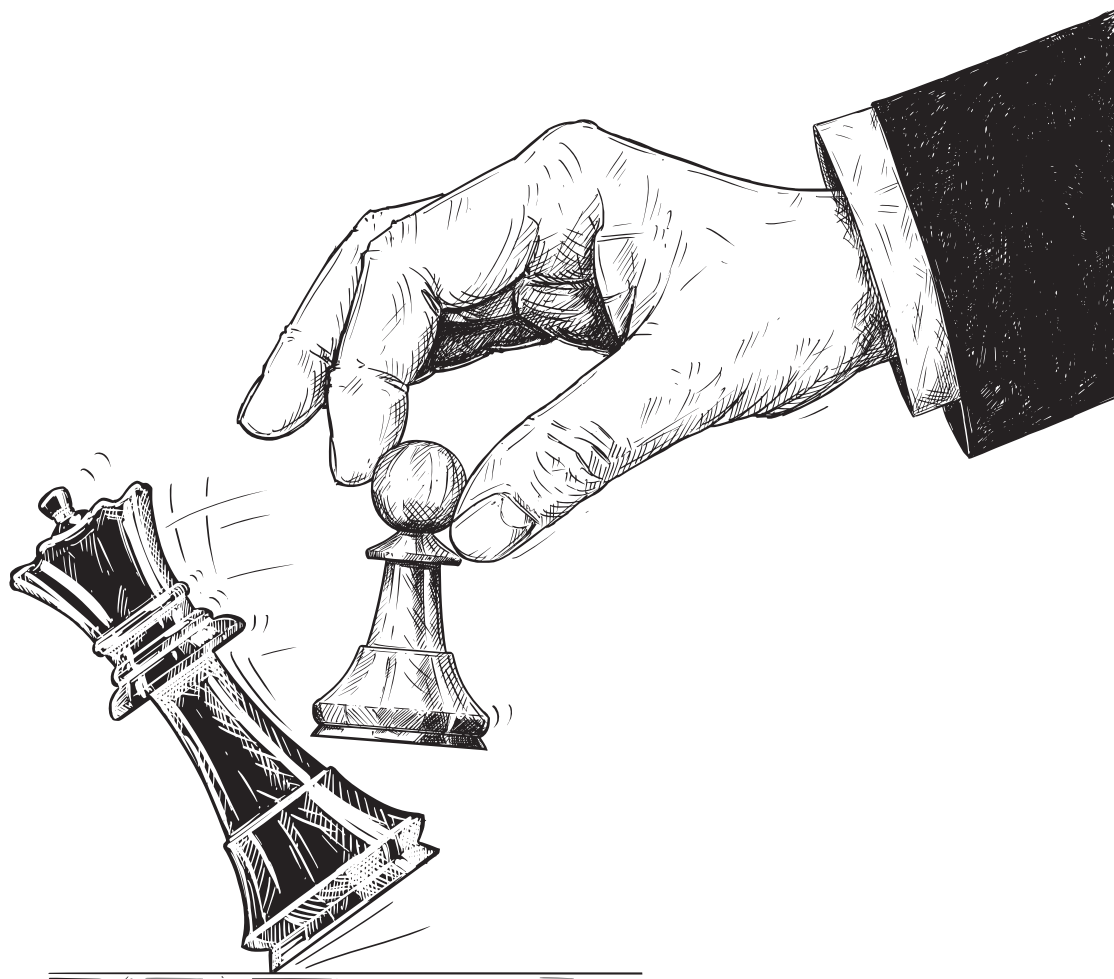
O ANDES-SN defende a realização de eleições diretas, realizadas nas instituições com voto paritário ou universal, sem consultas informais ou submissão de listas tríplices ao Ministério da Educação. Apesar de este ideal não ser a realidade na escolha dos reitores, ao menos tradicionalmente o governo federal respeitava a decisão da universidade, escolhendo como reitor o primeiro colocado da lista. Em dezembro de 2018, entretanto, o MEC publicou a Nota Técnica nº 400 que substitui a 437, de 2011, modificando as normas que possibilitavam as consultas informais à comunidade acadêmica para a escolha dos reitores das instituições federais de ensino superior.

Em junho, Abraham Weintraub, ministro da Educação, nomeou como reitora temporária da UFGD a professora Mirlene Damázio, após o processo de eleição da instituição ter sido judicializado. A maioria do colegiado havia eleito a chapa "Unidade", encabeçada pelos professores Etienne Biasotto e Cláudia Gonçalves. O nome da reitora interina sequer constava da lista tríplice encaminhada ao governo, sendo que ela nunca concorreu a processos eleitorais na universidade.

Segundo Etienne Biasotto, candidato a reitor escolhido pela comunidade acadêmica, os movimentos antidemocráticos não conquistaram representação suficiente para compor a lista tríplice de indicações. "Todos os candidatos que compõem a lista são contrários às ideias do presidente, mas isso não impede que sejamos pessoas democráticas e que respeitemos opiniões contrárias às nossas. Por esse motivo, a eleição na UFGD tornou-se uma ação judicial e, assim, criou-se uma vacância, o que possibilitou a nomeação de uma reitora temporária", explica.

Biasotto acredita que a decisão do MEC fere a autonomia da universidade e espera que a justiça conceda novamente o espaço democrático na UFGD. "Com esse processo judicial espero que ao menos um dos três nomes indicados para o cargo de reitor seja empossado", finaliza.

O mesmo processo aconteceu na Unirio. Lá, as eleições junto à comunidade acadêmica da Universidade foram realizadas em abril e deram a vitória



para Leonardo Villela de Castro, que conquistou 72% dos votos válidos. Mas, Bolsonaro também nomeou como reitor da instituição um nome que não constava entre os três escolhidos em votação pela comunidade acadêmica: o professor Ricardo Silva Cardoso, um nome que não constava entre as indicações da lista tríplice. Leonardo Villela aponta que a constante luta pela democracia se faz necessária. "É um período triste. Passar novamente por uma luta de redemocratização é regredir na história. Passei por esse mesmo processo quando aluno nos anos de 1970 e agora estou vivendo tudo novamente, no papel de professor".

Na UFTM, o presidente Bolsonaro preteriu o primeiro nome indicado – Fábio César da Fonseca –, para a reitoria da universidade e nomeou o segundo colocado da lista tríplice, o professor Luiz Resende dos Santos Anjo. Para Fonseca, com maioria de votos no colegiado e também indicado pela comunidade acadêmica, seu nome foi barrado por conta de perseguição política. Filiado ao PT dos anos 1990

até 2005, e ao PSOL de 2007 a julho de 2018, sua sensação é de que a decisão presidencial deixa um forte sentimento de que seu nome não foi escolhido por estar atrelado a fatores políticos.

O entendimento de Fonseca é de que o governo deve respeitar as vontades da comunidade acadêmica. "Se a universidade escolheu um determinado gestor, essa preferência deve ser respeitada pelo governo. Isso é um princípio basilar da democracia e da autonomia universitária. É lamentável que um alinhamento político influencie nesse processo", destaca.

O ANDES-SN defende a eleição direta dentro da universidade com o voto paritário ou universal, conforme a liberdade de cada instituição. Segundo Antonio Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional, "apesar de termos críticas à lista tríplice e ao modelo de eleição que ocorre hoje nas instituições - por ser feita de maneira indireta e não ser necessariamente uma forma de autonomia –, entendemos que a vontade da comunidade acadêmica deve ser respeitada".

Estudantes ocupam Campus da Unilab após cancelamento de vestibular para **transgêneros e intersexuais**



Foto: Divulgação

Ao invés de passarem a noite de 16 de julho celebrando uma conquista – a oferta de 120 vagas reservadas para pessoas transgêneros e intersexuais – os estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) ocuparam o campus da Liberdade, na cidade de Redenção, no Ceará, em protesto à suspensão do vestibular pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, 24 horas após a abertura das inscrições. O atual mandatário usou o *twitter* para eliminar, em poucos toques, o que a comunidade conseguiu obter com indizíveis dificuldades.

As vagas oferecidas contemplavam 15 cursos diferentes - entre eles Administração Pública, História, Enfermagem e Pedagogia -, em três *campi*, dois no Ceará e um na Bahia e preenchiam uma lacuna histórica em um dos vários setores em que o Brasil é deficitário: a proteção de pessoas vulneráveis. Os candidatos às vagas reservadas pela política afirmativa deveriam fazer uma redação relatando a sua história de vida, trajetória escolar e expectativas sobre o ingresso em uma universidade pública, além de entregarem uma autodeclaração professando a sua identidade de gênero

(travesti, transexual, não-binário ou intersexual), a qual seria posteriormente confirmada por uma instituição especializada.

Luma Oliveira de Andrade, a primeira docente travesti a dar aulas em uma universidade do Brasil e professora da Unilab, ressaltou que "o edital 29/2019 da Unilab resultou de uma luta interna muito forte. As vagas destinadas no edital são aquelas que não foram ocupadas em outros processos seletivos, e isso é o mínimo. O cancelamento do vestibular é um ataque direto do governo federal à população LGBTQT. Não podemos aceitar isso, por se tratar de garantir que pessoas vulneráveis possam exercer o seu direito fundamental à educação, através de políticas afirmativas. Cabe a nós reagirmos".

O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) se solidarizou com a ocupação do campus. Para Raquel Dias, 1ª tesoureira do sindicato nacional, a ocupação do campus representa a luta pela democracia e pela diversidade no Brasil. "A ocupação do Campus Liberdade não é apenas um ato de resistência, mas sim um ato em defesa da autonomia, das liberdades democráticas e da diversidade. Nós vivemos hoje uma situação de ataque à educação

pública e ao seu papel social, colocando em risco a permanência de milhões de estudantes oriundos das camadas populares. Nós, do ANDES Sindicato Nacional, nos solidarizamos com a luta da comunidade acadêmica, especialmente com os estudantes que estão ocupando o Campus, para garantir a autonomia e a diversidade universitária", declarou.

O diretório acadêmico da Unilab divulgou nota em que declarou que "a decisão feriu a autonomia universitária, se caracterizando mais um ataque transfóbico do presidente, visando perpetuar a exclusão deliberada de uma população extremamente marginalizada do acesso à educação".

Não foi a primeira vez que universidades públicas adotaram políticas afirmativas voltadas às pessoas trans, um dos grupos com menor inclusão no sistema educacional. Universidades como Federal do Sul da Bahia (UFSB); do Estado da Bahia (Uneb); Federal do ABC (UFABC); Federal da Bahia (UFBA); Federal de Santa Catarina (UFSC); Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) adotaram anteriormente iniciativas em diferentes formatos voltados a este público.

Docentes das Iees do Paraná, em greve, lutam por reajuste salarial e em defesa da autonomia universitária

Os docentes das universidades estaduais do Paraná estão em greve. As reivindicações do movimento passam por reajuste salarial, arquivamento da minuta da Lei Geral das Universidades (LGU) e o fim da tramitação do PLC 4/2019 - Lei de Eficiência da Gestão do Estado. Os grevistas também cobram a realização de novos concursos públicos e a nomeação dos candidatos já aprovados em certames anteriores.

A greve dos docentes começou no final de junho, de forma unificada com outras categorias do serviço público que também lutam por valorização salarial e contra os ataques do PLC 4. Após 20 dias, algumas categorias encerraram a greve. Já os professores das universidades de Maringá (UEM), de Ponta Grossa (Uepg), do Centro-Oeste (Unicentro), Oeste do Paraná (Unioeste), do Norte do Paraná (Uenp), e do Paraná (Unespar) continuam mobilizados.

“Nós, docentes, decidimos, naquele momento, não encerrar a greve porque a proposta de data-base que o governo ofereceu era e continua sendo muito ruim. As principais reivindicações relacionadas às universidades não foram atendidas, como a abertura de concurso público e o arquivamento da LGU”, contou Edmilson da Silva, presidente da Seção Sindical dos Docentes da UEM (Sesduem – Seção Sindical do ANDES-SN).

Os docentes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) suspenderam a greve recentemente, após o governo autorizar a manutenção de professores temporários nas universidades. Mais de 20% dos docentes da UEL são temporários.

Defasagem salarial

Desde 2016 os docentes não recebem reposição salarial da inflação que, atualmente, está em 17,04%. A última proposta apresentada pelo governo foi de 5,09% de reajuste, de forma parcelada, sendo a primeira parcela de 2%, com pagamento em janeiro de 2020, e as outras duas de 1,5%, com pagamentos em janeiro de 2021 e janeiro de 2022 - isto, se houver orçamento disponível. “Com a projeção da falta de reposição inflacionária, nós teremos até 2022 a perda de 14 salários acumulados. Isso significa a



desvalorização dos professores. Manteremos poucos talentos nas universidades, o que comprometerá a qualidade do serviço público”, explicou o presidente da Sesduem SSind.

Para tentar desestabilizar os grevistas, o governo do Paraná divulgou informações sobre os salários dos servidores das universidades, sem base técnica. Em nota, a assessoria do governo Ratinho afirmou que “as instituições gastaram R\$ 20 milhões do dinheiro público para pagar horas extras” e que “foram pagos especialmente a servidores que recebem salários superiores a R\$ 40 mil”. A Seção Sindical dos Docentes da Uepg (Sinduepg SSind.) informou, em seu site, que não existe salário de R\$ 40 mil nas universidades.

Ataque à autonomia universitária

No mês de junho, o governo, por meio da Superintendência de Ciências e Tecnologia (Seti), apresentou uma minuta do projeto Lei Geral das Universidades aos reitores das universidades públicas. A proposta, se aprovada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), causará demissões de servidores, terceirização das atividades, como limpeza, conservação e segurança, e criará um ambiente gerencialista e privatista nas universidades, entre outras medidas. Em reunião com o superintendente da Seti, Aldo Bona, no dia 22 de julho, os docentes expuseram os perigos

da Lei, principalmente para a autonomia universitária. Bona se manteve irredutível sobre o arquivamento da LGU.

Teto dos Gastos

Outro grave ataque aos serviços e servidores público do Paraná é o Projeto de Lei Complementar (PLC) 4/2019. A proposta, semelhante à PEC do Teto dos Gastos, congela a carreira pública no Estado por 20 anos e cria uma série de condições que, na prática, inviabilizam o pagamento de reposição salarial, promoções, progressões, realização de concursos públicos, entre outros.

Avaliação

Para o presidente da Sesduem SSind., a greve é importante para mostrar à sociedade a falta de respeito do governo e a sua intenção em acabar com o serviço público, essencial para a população mais pobre. “Já no caso específico das universidades, a LGU coloca em risco o modelo de universidade de qualidade que temos no estado, ameaçando principalmente a pesquisa, a extensão e a pós-graduação e, também, diminuindo drasticamente o número de professores e servidores das universidades e o tamanho do sistema de universidades públicas do Paraná”, afirmou.

13A: Milhares foram novamente às ruas em defesa da educação



FOTO: JONATHAN OLIVEIRA

Ato realizado em Brasília

Professores e professoras, técnicos-administrativos, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras de diversos setores pararam o país no dia 13 de agosto, em uma nova Greve Nacional da Educação. Milhares foram às ruas, de mais de 200 cidades pelo Brasil, em defesa da Educação Pública e gratuita, contra os cortes orçamentários e contra a Reforma da Previdência.

A manifestação foi construída em unidade por entidades sindicais e movimentos estudantis. Novos atos estão sendo articulados para os próximos meses. O ANDES-SN convocou a categoria a realizar rodadas de assembleias até 22 de agosto para discutir a necessidade de construção de uma greve do Setor da Educação.

Segundo a 1ª vice-presidente do Sindicato Nacional, Qelli Viviane Rocha, a unidade de diferentes setores na luta demonstra para o governo a força da resistência. “É importante que o governo perceba que os setores da educação e a sociedade como um todo estão mobilizados em atos unificados, dando o recado de que vai ter muita luta em defesa da educação”, acrescentou.

Pelo país

Mais de 200 cidades, de acordo com a UNE, realizaram marchas, aulas públicas, panfletagens pelo país. Em Brasília (DF),

mais de dez mil pessoas participaram do ato que teve início pela manhã. A manifestação contou com o reforço da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, organizada com o objetivo de dar visibilidade e reconhecimento à luta das mulheres indígenas e contra as mudanças na política da saúde indígena.

No Rio de Janeiro, diversas cidades registraram atos durante todo o dia, como Niterói, Angra dos Reis, Rio das Ostras e Macaé. No final da tarde, milhares de manifestantes se reuniram na Candelária, no centro da capital Fluminense. E, mesmo debaixo de chuva, marcharam até a Cinelândia.

O estado de São Paulo também teve manifestação na capital e em diversas cidades do interior como Campinas, Sorocaba, São Carlos, Limeira, Salto, Jaú, Assis, Botucatu, Bauru, Marília, Ribeirão Preto, Franca, São José dos Campos e Jacareí. Na capital, o ato unitário concentrou em frente ao Masp na avenida Paulista, de onde os manifestantes seguiram até a Praça da República.

Todas as capitais brasileiras e diversas cidades do interior registraram atos, com a participação dos setores da Educação e demais categorias de trabalhadores. Em algumas cidades, além das pautas nacionais, os manifestantes levaram para às ruas, reivindicações locais.

Em São Luís (MA), por exemplo,

professores, estudantes, técnicos e demais trabalhadores marcharam também em apoio à luta dos Moradores do Cajueiro. A caminhada foi da Praça Deodoro até o Palácio dos Leões (sede do governo estadual).

Já em Natal, servidores estaduais foram às ruas também para exigir o pagamento imediato dos seus salários atrasados. Os docentes da Uern ainda aguardam a quitação dos salários de novembro, dezembro e o 13º de 2018.

No Paraná, os atos também denunciaram o projeto de privatização das universidades estaduais através da Lei Geral das Universidades, proposta pelo governador Ratinho Júnior.

Em defesa da Educação

Em maio, nos dias 15 e 30, a população deu o recado ao governo Bolsonaro contra os cortes no orçamento da Educação. No dia 12 de julho, outra grande manifestação em Brasília reuniu milhares de pessoas na Esplanada, durante o Congresso da Une e o 64º Conad do ANDES-SN. Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) anunciou o ‘Future-se’, projeto de desmonte e privatização das universidades, institutos federais e Cefets. E, no início de agosto, anunciou um novo corte no valor de R\$ 348,4 milhões para o MEC, que atinge a educação básica. Desde o começo do ano, a pasta já sofreu R\$ 6,1 bilhões em cortes.